



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 49/2024

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM

Pregão Eletrônico de Registro de Preços N° 90032/2024

Órgão Gerenciador: Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro

UASG: 389337

O **CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO DE JANEIRO – COREN-RJ**, autarquia federal fiscalizadora do exercício profissional de enfermagem no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, *ex vi* da Lei Federal n.º 5.905/73, com sede na Av. Presidente Vargas, n.º 502, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.071-000, CNPJ n.º 27.149.095/0001-66, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado neste ato por sua Presidente, **LILIAN PRATES BELEM BEHRING**, brasileira, casada, enfermeira, portadora da identidade profissional COREN/RJ n.º 70540-ENF, e pela Primeiro Tesoureiro, Sr. **LEILTON ALVES COELHO**, brasileiro, casado, técnico de enfermagem, portador de identidade COREN/RJ n.º 773.892-TE, ambos empossados pela Decisão COREN RJ n.º 1.096/2023 de 11 de dezembro de 2023, de outro lado, e a empresa **F PEREIRA COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 31.021.788/0001-46, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) **PRISCILA DIAS INACIO**, portador(a) da Carteira de Identidade n.º 170.99 expedida pela (o) DIC/RJ, e CPF n.º 866.237 doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo n.º 2005/2024, resolvem celebrar a presente **ATA COREN/RJ N.º 49/2024**, decorrente do Pregão Eletrônico n. 90032/2024, e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios e descartáveis, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. O valor total da contratação é de R\$ 51.480,00 (cinquenta e um mil e quatrocentos e oitenta reais).



1.3. O preço unitário para cada item englobará todas as despesas relativas ao objeto deste compromisso, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, incluindo transporte e entrega no local indicado pelo COREN/RJ, seguro, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Ata. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

1.4. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

1.5. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

Natureza das Despesas: 6.2.2.1.1.01.33.90.030.006 – Gêneros Alimentícios

Fonte de Recurso: Próprio

1.6. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Especificação	CATMAT	Medida	Quantidade	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	Café Torrado e Moído, EXTRA FORTE de 1ª qualidade, empacotado à vácuo ou almofada puro, em embalagem de 500 g, classificação oficial brasileira (tipo 8 Cob.), com no máximo 15% de grão P.V.A. (Pretos, Verdes e Ardidos), isento de bebidas rio ou rizona, sem glúten, ponto de torra média, moagem média/fina. O produto deverá ter o Selo de Pureza ABIC, ou outra forma de comprovação que esteja de acordo com a legislação específica.	463575	pacote	2.600	Capital	R\$ 19,80	R\$ 51.480,00
Valor Total							R\$ 51.480,00



1.7. O órgão gerenciador será o Coren-RJ e além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços, não sendo admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

2.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021 e do TR, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

2.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

2.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 2.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

2.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo o licitante oferecer proposta em quantitativo previsto no edital;

2.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:



2.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

2.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

2.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

2.5. O registro a que se refere o item 2.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

2.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

2.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 2.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

2.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

2.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 3.

2.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

2.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n° 14.133, de 2021.

2.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

2.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.



2.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 2.7, observando o item 2.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

2.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 2.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

2.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

2.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

2.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

3.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

3.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

3.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

3.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.



3.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

3.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 3.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

3.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

3.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

3.4.1. Por razão de interesse público;

3.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

3.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

4. CLÁUSULA QUARTA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;



4.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5. CLÁUSULA QUINTA – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.



5.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 3.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n° 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 2.7.

5.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 3.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei n° 14.133, de 2021.

6. CLÁUSULA SEXTA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



6.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

6.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

6.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

6.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

6.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

6.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto n° 11.462, de 2023.

6.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

6.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 6.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, DA FISCALIZAÇÃO E OBRIGAÇÕES

7.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela



contratante, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

7.2. O prazo de execução dos serviços será de 12 (doze) meses, com início a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021 e do TR.

7.3. Contratada se obriga a manter, durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.4. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto n° 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto n° 11.462, de 2023).

8.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 3.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8.4. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência.



9. CLÁUSULA NONA – REAJUSTE

9.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme consta no Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

11.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n° 14.133 de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n° 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO

12.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO DE ELEIÇÃO

13.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio consensual e amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, conforme art. 92, §1º, da Lei n° 14.133/21.

13.2. As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas a Contratada, inclusive perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente, caso sejam superiores à garantia prestada, se for o caso, ou aos créditos que a Contratada tenha em face da Contratante.

13.2.1. Caso a Contratante tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, o Contratado ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de



1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma e para um mesmo efeito, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2024.

Cristiano Bertolossi Marta
Segundo Secretário
Coren-RJ 103317-EME


JULIANE PRATES BELEM BEHRING

Presidente do Conselho Regional de
Enfermagem do Rio de Janeiro – Coren-RJ

CONTRATANTE


LEILTON ALVES COELHO

Primeiro Tesoureiro do Conselho Regional de
Enfermagem do Rio de Janeiro – Coren-RJ

CONTRATANTE

PRISCILA DIAS INACIO
BENITES:10886623740

Assinado de forma digital por
PRISCILA DIAS INACIO
BENITES: 86623740
Dados: 2024.11.12 11:16:57 -03'00'

F PEREIRA COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:



Documento assinado digitalmente
DIOGO FERREIRA SANTANA
Data: 12/11/2024 11:24:39-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>



Documento assinado digitalmente
QUETHI DA SILVA NASCIMENTO
Data: 12/11/2024 11:28:26-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>



ANEXO I DO EDITAL
TERMO DE REFERÊNCIA
PAD nº 2005/2024

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de gêneros alimentícios e descartáveis, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Especificação	CATMAT	Medida	Quantidade
1	Café Torrado e Moído, EXTRA FORTE de 1ª qualidade , empacotado à vácuo ou almofada puro, em embalagem de 500 g, classificação oficial brasileira (tipo 8 Cob.), com no máximo 15% de grão P.V.A. (Pretos, Verdes e Ardidos), isento de bebidas rio ou rizona, sem glúten, ponto de torra média, moagem média/fina. O produto deverá ter o Selo de Pureza ABIC, ou outra forma de comprovação que esteja de acordo com a legislação específica.	463575	pacote	2.600
2	Copo Plástico , descartável, branco ou translúcido RESISTENTE , de 50 ml para água pesando, no mínimo, 0,75 g. Resistência mínima à compressão lateral=1,63 N. Norma NBR 14865, pacote com 100 copos.	407784	pacote	700

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos em edital, por meio de especificações usuais do mercado.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso contados da assinatura da ata de registro de preços, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

3. CUSTO ESTIMADO

3.1. A estimativa de preços será precedida de regular pesquisa, nos moldes do art. 23 da Lei nº 14.133/21 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. O Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro (COREN-RJ) tem inúmeras competências esculpidas no artigo 15 da Lei nº 5.905/73. Essas competências geram ao conselho a necessidade de manter um relacionamento institucional com os titulares de forma clara e precisa. Para tanto, é necessário proporcionar as condições adequadas para a realização das atividades internas, tanto de conselheiros, funcionários e colaboradores.



- 4.2. A realização de uma nova contratação para o fornecimento de gêneros alimentícios e descartáveis, se faz necessária devido ao trâmite processo levar em média 7-8 meses e em razão do fim da vigência da Ata de Registro de Preços em 10/2024.
- 4.3. O fornecimento de gêneros alimentícios e descartáveis é essencial para proporcionar um ambiente adequado para a realização das atividades dos funcionários, conselheiros e fiscais.
- 4.4. Devido às suas características, a limitação de espaço na autarquia e a necessidade de solicitações frequentes do bem, de acordo com a demanda do órgão, entendemos que a única solução para atendimento desta demanda seria a aquisição de Gêneros Alimentícios e Descartáveis sob demanda, através de Ata de Registro de Preços, enquadrando-se no inciso I do Art. 3º do Decreto nº 11.462/2023.
- 4.5. O objeto da contratação está previsto no Plano Anual de Contratações 2024. Consta também no Plano Plurianual do Coren-RJ 2022-2024, Programa Temático: Excelência na Gestão, OE20 - Manter e aperfeiçoar a infraestrutura física do Coren-RJ – IE101 Manter o funcionamento da Autarquia - Bens e insumos.

5. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

- 5.1. As especificações do objeto são as que constam no item 1.1. deste Termo de Referência.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 6.1.1. Em consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis 6ª Edição da AGU, deverá ser atendido o seguinte:
 - a) Lei nº 14.628, de 2023 - Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Cozinha Solidária; Decreto n. 11.476, de 2023;
 - b) Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos - Lei n. 11.326, de 2006 - Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais;
 - c) Decreto n. 9.064, de 2017 - Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei n. 11.326, de 2006;
 - d) Lei 9.782/99 - Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Anvisa e dá outras providências;
 - e) Decreto 3029/1999 - Aprova o Regulamento da Anvisa
 - f) RDC 27/2010 ANVISA - Estabelece as categorias de alimentos e embalagens dispensadas e com obrigatoriedade de registro sanitário.



6.2. EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

6.2.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

6.2.2. Será exigida amostra dos seguintes itens:

Item	Especificação	Quantidade
3	Café Torrado e Moído, EXTRA FORTE de 1ª qualidade , empacotado à vácuo ou almofada puro, em embalagem de 500 g, classificação oficial brasileira (tipo 8 Cob.), com no máximo 15% de grão P.V.A. (Pretos, Verdes e Ardidos), isento de bebidas rio ou rizona, sem glúten, ponto de torra média, moagem média/fina. O produto deverá ter o Selo de Pureza ABIC, ou outra forma de comprovação que esteja de acordo com a legislação específica.	01 unidade

6.2.3. As amostras deverão ser entregues no endereço Av. Presidente Vargas, 502 – 6º andar, no prazo limite a ser informado durante o pregão, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

6.2.4. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

6.2.5. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

6.2.6. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

- Avaliação da embalagem quanto à abertura;
- Especificação do produto;
- Manuseio e identificação de irregularidades;
- Efeitos indesejáveis.

6.2.7. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.2.8. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

6.2.9. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

6.2.10. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 03 (três) dias úteis, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

6.2.11. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.



6.3. DAS MARCAS E MODELOS

6.3.1. Na presente contratação não serão admitidas as seguintes marcas, por terem sido reprovadas em certame anterior, conforme informação constante no PAD n° 931/2024, após a realização de teste:

Item	Especificação	Marca <u>reprovada</u>
3	Café Torrado e Moído, EXTRA FORTE de 1ª qualidade , empacotado à vácuo ou almofada puro, em embalagem de 500 g, classificação oficial brasileira (tipo 8 Cob.), com no máximo 15% de grão P.V.A. (Pretos, Verdes e Ardidos), isento de bebidas rio ou rizona, sem glúten, ponto de torra média, moagem média/fina. O produto deverá ter o Selo de Pureza ABIC, ou outra forma de comprovação que esteja de acordo com a legislação específica.	BICO DE OURO CEREJA CAFÉ MADE IN BRAZIL CAFÉ ODEBRECHT

6.4. DA SUBCONTRATAÇÃO

6.4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

7. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.
- 7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.
- 7.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que seja pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei n° 14.133, de 2021.
- 7.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.
- 7.1.7. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.
- 7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 7.1.9. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- 7.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 7.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por



qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 8.1.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
- 8.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 8.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 8.1.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 8.1.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 8.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 8.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 8.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.
- 8.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 8.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 8.1.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.



- 8.1.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116).
- 8.1.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único).
- 8.1.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 8.1.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.
- 8.1.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- 8.1.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.
- 8.1.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 8.1.21. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 8.1.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

9.1. PARCELAMENTO E ENTREGA DO OBJETO

- 9.1.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias úteis, contados da solicitação do fiscal, sob demanda e de forma parcelada.
- 9.1.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 9.1.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta e quando for constatada baixa qualidade do insumo, não atendendo a sua finalidade, devendo ser



substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Avenida Presidente Vargas, nº 502, 6º andar - Centro – Rio de Janeiro/RJ – Departamento de Gestão.

9.2. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

9.2.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.2.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.2.3. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.2.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.2.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.2.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.2.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.3. DO PAGAMENTO

9.3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

9.3.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.3.3.1. o prazo de validade;

9.3.3.2. a data da emissão;



- 9.3.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 9.3.3.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 9.3.3.5. o valor a pagar; e
- 9.3.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 9.3.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 9.3.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.3.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 9.3.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 9.3.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 9.3.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 9.3.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 9.3.11. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 9.3.12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 9.3.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 9.3.14. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 9.3.15. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará



condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. GARANTIA CONTRATUAL

10.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21 por se tratar de aquisição eventual e futura não tendo a administração a obrigação de contratar somente a expectativa na aquisição.

11. GARANTIA DOS BENS E CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

11.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12.1. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

12.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

12.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

12.1.4. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

12.1.5. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

12.1.6. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

12.1.7. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

12.1.8. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

12.1.9. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).



- 12.1.10. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 12.1.11. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).
- 12.1.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 12.1.13. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 12.1.14. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 12.1.15. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 12.1.16. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).
- 12.1.17. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

12.2. REAJUSTE

- 12.2.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 12.2.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- I. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;



- II. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou
- III. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.2.3. Após o interregno de um ano, a pedido do Contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **índice IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 12.2.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 12.2.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 12.2.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 12.2.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 12.2.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 12.2.9. O reajuste será realizado por apostilamento.
- 12.3. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 12.3.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- der causa à inexecução parcial do contrato;
 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - der causa à inexecução total do contrato;
 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
 - fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



- 12.3.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- I. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
 - II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
 - III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
 - IV. Multa:
 - (1) moratória de 0,2 % (zero virgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
 - (2) compensatória de 5 % (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
- 12.3.3. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 12.3.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 12.3.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 13.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA.
- 13.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
- a) SICAF;
 - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
 - c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)
- 13.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 13.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 13.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.



- 13.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- 13.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 13.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 13.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 13.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 13.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 13.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão através de recursos próprios.

Rio de Janeiro, 13 de junho de 2024.

Paula Oliveira de Souza Brandão
Chefe do Departamento de Gestão
Matrícula 554



Coren^{RJ}
Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro

Processo nº: 2005/2024

Data: 30/09/2024

Folhas:

Rubrica:

ANEXO VI

ETPs

Equipe de Planejamento Instituída pela Portaria nº 2174/2023
Coordenação: Paula Oliveira de Souza Brandão – matrícula nº 554
Membro: Marlon de Souza Oliveira – matrícula nº 612
Membro: Juliana da Silva Soares – matrícula nº 614

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios e Descartáveis para abastecimento para a Sede, Subseções e Anexo Glória do COREN-RJ.

Rio de Janeiro, 13 de junho de 2024.



I. Descrição da necessidade da contratação (§1º do Art. 9º da IN 58/2022)

O Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro (COREN-RJ) tem inúmeras competências esculpidas no artigo 15 da Lei nº 5.905/73. Essas competências geram ao conselho a necessidade de manter um relacionamento institucional com os titulares de forma clara e precisa. Para tanto, proporcionar condições mínimas para a realização das atividades administrativas e para o bom atendimento aos titulares, público externo e colaboradores é fundamental para a ampla realização das atividades finalísticas desta autarquia.

O presente estudo visa analisar a viabilidade de aquisição de gêneros alimentícios e descartáveis, para atendimento das demandas da Sede, Subseções e Anexo Glória.

O fornecimento de gêneros alimentícios e descartáveis é essencial para proporcionar um ambiente adequado para a realização das atividades dos funcionários, conselheiros e fiscais. A realização de uma nova contratação para o fornecimento de itens de gêneros alimentícios e descartáveis, se faz necessária devido ao trâmite processo levar em média 7-8 meses e em razão do fim da vigência da Ata de Registro de Preços em 10/2024.

Considerando que o fornecimento de gêneros alimentícios e descartáveis proporcionam um ambiente adequado para a realização das atividades dos funcionários, conselheiros e fiscais, propõe-se o presente estudo.

II. Descrição dos requisitos da contratação (§2º do Art. 9º da IN 58/2022)

a. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Em consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis 6ª Edição da AGU, deverá ser atendido o seguinte:

- Lei nº 14.628, de 2023 - Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Cozinha Solidária; Decreto n. 11.476, de 2023;
- Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos - Lei n. 11.326, de 2006 - Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais;
- Decreto n. 9.064, de 2017 - Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei n. 11.326, de 2006;
- Lei 9.782/99 - Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Anvisa e dá outras providências;
- Decreto 3029/1999 - Aprova o Regulamento da Anvisa
- RDC 27/2010 ANVISA - Estabelece as categorias de alimentos e embalagens dispensadas e com obrigatoriedade de registro sanitário.

b. REQUISITOS GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Trata-se de uma contratação de **bens comuns**, para atender a demanda do Conselho Regional de Enfermagem do Estado do Rio de Janeiro – Coren-RJ.



Os bens devem ser entregues em até 10 (dez) dias corridos do recebimento da nota de empenho, no Departamento de Gestão, endereço: Avenida Presidente Vargas, 502 - 6º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, em horário comercial, de 09 às 16 horas, de segunda a sexta-feira.

III. Levantamento de mercado e justificativa de escolha do tipo de solução a contratar (§3 do Art. 9º da IN 58/2022)

Em Levantamento de Mercado, foram identificadas as seguintes soluções para atendimento do objetivo desta aquisição:

Solução 1 – Aquisição de gêneros alimentícios e descartáveis sob demanda

Vantagens: A aquisição parcelada permite o melhor dimensionamento da despesa e racionalidade no consumo; melhor acomodação do material no espaço destinado ao Almoxarifado.

Desvantagens: O controle entre o gasto e o pedido tem que ser realizado de forma mais criteriosa.

Solução 2 – Aquisição de gêneros alimentícios e descartáveis por compra única

Vantagem: Menor custo para a administração.

Desvantagem: O espaço físico não teria o tamanho necessário para guarda do material.

Após levantamento de mercado, esta equipe compreende que a **Solução 1** é a que melhor atende a necessidade da Autarquia, considerando-se a limitação de espaço atual.

Em Pesquisa de Contratações similares de outros órgãos públicos, foi constatado que se trata contratação amplamente utilizada na Administração Pública. Foi feita pesquisa por amostragem e foram encontrados Pregões da Câmara Municipal de Angra dos Reis – UASG 930190 – PE 1/2023, Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – UASG 495130 – PE 131/2023 e Dispensa da Casa Moeda – UASG 179083 – Dispensa nº 180/2023. A Pesquisa realizada consta no ANEXO I deste Estudo Técnico Preliminar.

Os bens solicitados possuem as mesmas características, havendo diferença relacionada aos quantitativos, de acordo com a demanda individual de cada órgão.

Com base neste levantamento, é possível inferir que é uma contratação através de Pregão Eletrônico é possível de ser realizada nos termos propostos, havendo fornecedores no mercado que poderão atender a nossa necessidade, uma vez que a demanda de outros órgãos puderam ser supridas.

IV. Descrição da solução como um todo (§4 do Art. 9º da IN 58/2022)

Aquisição de material de gêneros alimentícios e descartáveis com entrega parcelada, através de Ata de Registro de Preços.

Devido às características dos objetos a serem adquiridos, a limitação de espaço e a necessidade de solicitações frequentes do bem, de acordo com a demanda do órgão, entendemos que a única solução para atendimento desta demanda seria a aquisição dos itens, sob demanda, por Ata de Registro de Preços, enquadrando-se no inciso I do Art. 3º do Decreto nº 11.462/2023



O Sistema de Registro de Preços é um procedimento auxiliar permitido em lei que facilita a atuação da Administração Pública em relação a futuras prestações de serviços e aquisição parcelada de bens. Não se trata de uma modalidade licitatória, mas sim de um mecanismo para a formação de um banco de preços de fornecedores, que não gera um compromisso efetivo de aquisição.

O Registro de Preços permite ainda um processo simplificado, diminuindo custos administrativos, fracionamentos de despesas e diminuição no número de dispensas por licitação. Em resumo, a opção pelo SRP neste processo busca: melhor eficiência administrativa; aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento; contratação rápida e flexível com recursos significativamente menores que os utilizados em um processo licitatório tradicional e; possibilidade de atendimento das demandas que originaram a licitação por um período de até 12 meses, prorrogáveis por igual período.

Importante mencionar que serão realizadas rotina de controle de estoque no Coren-RJ, que deverão pautar-se na atenção dos seguintes requisitos:

1. Controle dos níveis de estoque para realizar nova solicitação de material: tendo em vista que o prazo previsto de entrega dos insumos varia de 10 a 20 dias úteis, será feito acompanhamento do saldo em estoque e quando o mesmo atingir o nível de ressuprimento de 2 meses, deverá ser feita solicitação à empresa contratada.
2. Controle do prazo de esgotamento para renovação ou abertura de novo processo licitatório: tendo em vista que o prazo de tramitação varia de 6 a 7 meses até a homologação de um procedimento licitatório, será feito acompanhamento do saldo em estoque. Para a **renovação**, deverá ser feito acompanhamento do saldo em estoque e quando o mesmo atingir o prazo de esgotamento de 3 meses, deverá ser feita sinalização da renovação ao departamento responsável. Para a **abertura de novo processo**, deverá ser feito acompanhamento do saldo em estoque e quando o mesmo atingir o prazo de esgotamento de 6 meses, deverá ser feita abertura de novo processo.
3. Problemas no fornecimento no contrato vigente: quando houver problemas inegociáveis no contrato vigente, será feita análise do estoque atual, com cálculo da previsão de esgotamento, e adotar as medidas cabíveis para a resolução célere do problema.

O gerenciamento do consumo da Ata de Registro de Preços será feito através de Planilha própria do Departamento, acompanhando os pedidos e quantidades disponíveis para solicitação. Esta Planilha será atualizada a cada solicitação realizada.

V. Estimativa das quantidades (§5 do Art. 9º da IN 58/2022)

O quantitativo a ser solicitado nesta contratação foi dimensionado com base relatório SIALM, que segue no ANEXO II, incluindo margem de segurança de 25% que tem por finalidade evitar desabastecimento, tendo em vista que o tempo médio processual pode variar e se estender em função de fatores que não podem ser controlados pelo Departamento de Gestão. Desta forma, chegou-se ao seguinte quantitativo:

Item	Especificação	Medida	Consumo Anual	Margem de Segurança (25%)	Qtd final
------	---------------	--------	---------------	---------------------------	-----------



1	Açúcar Refinado branco de 1º qualidade , pacote com 1(um) kg. Impressão na embalagem contendo: composição do produto, nome do fabricante, data de fabricação de, no máximo, três meses antes do dia da entrega. (marcas referência: UNIÃO, GUARANI, ou de melhor qualidade)	quilo	574	143	715
2	Adoçante Líquido com aspecto físico-líquido transparente. Indicações que devem conter na embalagem: ingredientes (sucralose) . Embalagem com 100ml. Validade de pelo menos 1(um) ano a contar da data de entrega do produto. (marcas referência: ZERO CAL, LINEA, ADOCYL, ou de melhor qualidade)	unidade	29	7	50 ¹
3	Café Torrado e Moído, EXTRA FORTE de 1ª qualidade , empacotado à vácuo ou almofada puro, em embalagem de 500 g, classificação oficial brasileira (tipo 8 Cob.), com no máximo 15% de grão P.V.A. (Pretos, Verdes e Ardidos), isento de bebidas rio ou rizona, sem glúten, ponto de torra média, moagem média/fina. O produto deverá ter o Selo de Pureza ABIC, ou outra forma de comprovação que esteja de acordo com a legislação específica. (marcas referência: PILÃO, MELITTA ou de melhor qualidade)	pacote	931	232	1.300 ²
4	Filtro de papel , para coar café com dupla costura e microfuros – nº 102. Embalagem com no mínimo 30 filtros.	caixa	114	28	150 ³
5	Copo Plástico , descartável, branco ou translúcido RESISTENTE , de 200 ml para água pesando, no mínimo, 2,2 g. Resistência mínima à compressão lateral=0,85 N. Norma NBR 14865, pacotes com 100 copos.	pacote	1.231	307	2.000 ²
6	Copo Plástico , descartável, branco ou translúcido RESISTENTE , de 50 ml para água pesando, no mínimo, 0,75 g. Resistência mínima à compressão lateral=1,63 N. Norma NBR 14865, pacote com 100 copos.	pacote	267	66	350 ³



7	Guardanapo de papel folha dupla 23,5X23,5 cm , em pacote com 50 unidades, na cor BRANCA, com garantia de máxima absorção e extrema maciez composição de fibras celulósicas.	pacote	177	44	250 ³
8	Talher Descartável , material plástico, tipo mexedor de cafezinho, aplicação copa e cozinha, cor branco transparente. Característica Adicional: Pacote com 500 unidades.	pacote	-	-	20 ⁴
9	Garrafa Térmica , material aço inoxidável, capacidade 1,80 l, características adicionais com pressão, ampola de vidro.	unidade	2	-	5 ⁵
10	Garrafa Térmica , material aço inoxidável, capacidade 1 l, características adicionais com tampa tipo pressão.	unidade	3	1	5 ⁵
11	Jarra , material aço inoxidável, capacidade 2 l, modelo com tampa e alça, aplicação copa e cozinha	unidade	5	1	6
12	Açucareiro , material aço inoxidável, capacidade 350 g, características adicionais com tampa e colher em aço inoxidável.	unidade	5	1	6
13	Xícara , material porcelana, cor branca, capacidade 75 ml, características adicionais com pires.	unidade	5	1	6
14	Prato Porcelana , aplicação refeição, formato redondo, características adicionais borda espessura 3,5 cm, cor branca, tipo fundo, diâmetro 24 cm.	unidade	16	4	20
15	Garfo Mesa , material corpo aço inoxidável, material cabo aço inoxidável, tipo mesa, características adicionais liso e polido, comprimento 20 cm.	unidade	16	4	24 ⁶
16	Faca mesa , material lâmina aço inoxidável, material cabo aço inoxidável, tipo corte de peixe, características adicionais comprimento 23 cm, espessura 2,25 mm.	unidade	-	-	12 ⁶
17	Colher mesa , material corpo aço inoxidável, material cabo polipropileno.	unidade	-	-	12 ⁶
18	Copo de Vidro , capacidade 300 ml, cor transparente, tipo uso água/suco/ refrigerante.	unidade	-	-	6 ⁷



Observações sobre a formação dos quantitativos:

¹ O quantitativo do item está superior ao consumo anual somado à margem de segurança, tendo em vista que houve um período de racionamento do item, considerando que a nova licitação estava em andamento e a que ata vigente venceu.

² O quantitativo do item está superior ao consumo anual somado à margem de segurança, tendo em vista que haverá ampliação das atividades finalísticas (Fiscalização, Ética e Câmaras Técnicas) com a mudança para o espaço cedido da Glória, que resultará em um aumento importante no consumo do item.

³ O quantitativo final foi arredondado para facilitar o recebimento.

⁴ O item não possui consumo anual porque a última aquisição aconteceu há mais de 03 (três anos). Com isso, será solicitado o mesmo quantitativo do processo vigente que foi homologado em agosto/2023, em caráter experimental.

⁵ O embasamento na formação do quantitativo é para não haver desabastecimento do item tendo como possibilidade a solicitação de uma quantidade mínima, que não tem grande impacto no valor total do contrato.

⁶ Em pesquisa, foi identificada que a apresentação mais comum para o item é em caixas com 12 unidades. Desta forma, será solicitado quantitativo múltiplo de 12.

⁷ Em pesquisa, foi identificada que a apresentação mais comum para o item é em caixas com 6 unidades. Desta forma, será solicitado quantitativo múltiplo de 6.

VI. Estimativa dos preços ou preços referenciais (§ 6 do Art. 7º da IN 58/2022)

A última contratação, licitada em 2023, teve valor estimado de **RS 52.175,58**. Como o pregão realizado em 2023 teve itens cancelados na habilitação, e a contratação atual teve modificação em relação aos itens e quantitativos, manteremos o valor da estimativa da contratação como referência.

No entanto, a estimativa de preços será precedida de regular pesquisa pelo Departamento responsável, nos moldes do art. 23 da Lei nº 14.133/21 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

VII. Justificativas para o parcelamento ou não da solução quando necessária para individualização do objeto (§7 do Art. 9º da IN 58/2022)

Utilizando como referência a Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União, tem-se que a divisão do objeto, em itens ou lotes, é trabalhada como regra. Isso em decorrência da presunção de que, com a cisão em parcelas menores, aumentará a competitividade e, conseqüentemente, as chances de alcançar propostas mais vantajosas.

Entretanto, para uma análise adequada de parcelamento, é impreterível conhecer bem tanto os possíveis reflexos técnico-gerenciais de eventual divisão, como o mercado no qual se insere a atividade/solução a ser licitada. Desta forma, entendemos que a contratação pode ser parcelada sem prejuízos à autarquia por se tratar de aquisição de itens.



VIII. Contratações correlatas ou interdependentes (§8 do Art. 9º da IN 58/2022)

No escopo do estudo como um todo, não há contratações correlatas ou interdependentes para se atingir o fim almejado, ou para a viabilidade desta contratação e atendimento da demanda.

IX. Demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual (§9 do Art. 9º da IN 58/2022)

A contratação está prevista no PAC 2024, item . Consta também no Plano Plurianual do Coren-RJ 2022-2024, Programa Temático: Excelência na Gestão, OE20 - Manter e aperfeiçoar a infraestrutura física do Coren-RJ – IE101 Manter o funcionamento da Autarquia - Bens e insumos.

X. Demonstrativo dos resultados pretendidos (§10 do Art. 9º da IN 58/2022)

O principal resultado pretendido é proporcionar condições mínimas para a realização das atividades administrativas e para o bom atendimento aos titulares, público externo e colaboradores.

Em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, o resultado pretendido é contratar a solução mais adequada à administração pública a partir de procedimento licitatório calcado no planejamento, notadamente no estudo do mercado fornecedor e nos recursos disponíveis no mercado.

XI. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (§11 do Art. 9º da IN 58/2022)

Não há necessidade de novas adequações do ambiente do órgão, tendo em vista que o COREN-RJ já dispõe de locais apropriados para o armazenamento dos insumos. Também não se vislumbra a necessidade de capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual, por se tratar de aquisição recorrente da autarquia.

XII. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento (§12 do Art. 9º da IN 58/2022)

Não há possíveis impactos ambientais da contratação, mas a contratada deverá observar os critérios de sustentabilidade ambiental, descritos na letra a do item II deste Estudo.

XIII. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (§13 do Art. 9º da IN 58/2022)

Observadas as orientações constantes no presente estudo, concluímos que a contratação pretendida é viável e adequada a esta Autarquia. Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, esta Equipe de Planejamento entende que as informações contidas nos presentes Estudos Preliminares DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

Equipe de Planejamento da Contratação

Coordenador



<p>_____ Paula Oliveira de Souza Brandão Matrícula n° 554</p>	
<p>Membro</p>	<p>Membro</p>
<p>_____ Marlon de Souza Oliveira Matrícula n° 612</p>	<p>_____ Juliana da Silva Soares Matrícula n° 614</p>



F PEREIRA COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA.
DOM AMARO
CNPJ: 31.021.788/0001-46

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO DE JANEIRO
COREN/RJ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº90032/2024
PROPOSTA DE PREÇOS

1. A empresa **F. PEREIRA COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **31.021.788/0001-46**, sediada na Avenida ITAÓCA, nº1925 - SALA 8, Bairro INHAÚMA, na cidade do RIO DE JANEIRO, RJ, por sua representante legal infra-assinado, vem por meio desta apresentar sua proposta de preços para o Pregão Eletrônico nº **90032/2024**, em conformidade com a Sessão Pública de lances ofertados, **DECLARANDO AINDA**, sob as penas da Lei, ter pleno conhecimento da legislação concernente às licitações e o teor do respectivo edital, subordinando-se ao conteúdo no mesmo, cujos dispositivos reconhece, para todos os efeitos, terem caráter contratual.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	Café Torrado e Moído, EXTRA FORTE de 1ª qualidade, empacotado à vácuo ou almofada puro, em embalagem de 500 g, classificação oficial brasileira (tipo B Cobi.), com no máximo 15% de grão P.V.A. (Pretos, Verdes e Amarelos), isento de bebidas não ou rizona, sem glúten, ponto de torra média, moagem média/fina. O produto deverá ter o Selo de Pureza ABIC, ou outra forma de comprovação que esteja de acordo com a legislação específica.	PCT	2600	CAPITAL	19,80	51.480,00
VALOR TOTAL:						R\$ 51.480,00

Valor total por extenso: Cinquenta e um mil quatrocentos e oitenta reais.

Condições:

Proposta válida: 60 (sessenta) dias.

Prazo de entrega: 10 (dez) dias úteis.

Pagamento: 30 (trinta) dias.

Declaramos também que estão inclusos nos preços todos os custos diretos e indiretos, despesas com envio, embalagem, materiais, taxas, impostos, tributos, fretes e quaisquer outras despesas indispensáveis à entrega definitiva do objeto desta licitação no local especificado.

DADOS DA PROPONENTE:

Razão Social: F. PEREIRA COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA.

Pessoa para Contato: MARGARETH FEITOZA.

Endereço: AVENIDA ITAÓCA, Nº1925 - SALA 8 - INHAÚMA/RJ.

E-mail: d.amarovendas@gmail.com

Tel: (21) 98987-5872 / (21) 2560-5432 (Setor de Licitação)

CNPJ: 31.021.788/0001-46

Dados Bancários para Depósito: Banco: [REDACTED] - Agência: [REDACTED] - CC: [REDACTED]

Rio de Janeiro, 01 de novembro de 2024.

Margareth Feitoza
 MARGARETH FEITOZA
 AVENIDA ITAÓCA, Nº1925 - SALA 8 - INHAÚMA/RJ
 TEL: (21) 98987-5872 / (21) 2560-5432

AV. ITAÓCA, 1.925 - SALA 8 - INHAÚMA - CEP: 21.061-080
TEL: (21) 98987-5872 / (21) 2560-5432 (SETOR DE LICITAÇÃO)

☰ VALIDAR

Serviço de validação de assinaturas eletrônicas

Informações gerais do arquivo:

Nome do arquivo: ATA_%281%29_assinado_assinado.pdf
Hash: e9c1a14cb4723a0f1485a49f90af59e36f6729d1e372b5ded1fa0ab4afb6dc89
Data da validação: 12/11/2024 11:29:07 BRT

📄 Informações da Assinatura:

Assinado por: PRISCILA DIAS INACIO BENITES
CPF: ***.866.237-**
Nº de série de certificado emitente: 0x13d4a54agececf84d
Data da assinatura: 12/11/2024 11:16:57 BRT

Assinatura aprovada.



📄 Informações da Assinatura:

Assinado por: DIOGO FERREIRA SANTANA
CPF: ***.908.987-**
Nº de série de certificado emitente: 0x23ce7d7d0bcc04c7
Data da assinatura: 12/11/2024 11:24:39 BRT

Assinatura aprovada.



📄 Informações da Assinatura:

Assinado por: QUETHI DA SILVA NASCIMENTO
CPF: ***.829.197-**
Nº de série de certificado emitente: 0xe64e73fb69e382a9
Data da assinatura: 12/11/2024 11:28:26 BRT

Assinatura aprovada.



[Ver Relatório de Conformidade](#)

ACESSO RÁPIDO

[Validar](#)

[Sobre](#)

[Dúvidas](#)

[Informações](#)

[Fale Conosco](#)

Atas

Ata nº 00049/2024

Última atualização 12/11/2024

Local: Rio de Janeiro/RJ Órgão: CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO DE JANEIRO Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico

Data de divulgação no PNCP: 12/11/2024 Data de assinatura: 12/11/2024 Vigência: de 13/11/2024 a 12/11/2025

Id ata PNCP: 27149095000166-1-000045/2024-000001 Fonte: Contratos.gov.br Id contratação PNCP: 27149095000166-1-000045/2024

Objeto:

Aquisição de gêneros alimentícios e descartáveis (café e copo plástico)

Arquivos Histórico

Nome	Data	Tipo	Baixar
Ata de Registro de Preços nº 00049	12/11/2024	Ata de Registro de Preço	

Exibir 1-1 de 1 itens

[< Voltar](#)



Criado pela Lei nº 14.133/2021, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o site eletrônico oficial destinada a divulgação centralizada e obrigatória nos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abrangidos pelo novo diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção e implementação, homologada pelos indicados a compor o referido comitê.

A adequação, fidelidade e correção das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

<https://portaldeservicos.economia.gov.br>

0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



